

ACTA N.º 9/2002 – Reunião de 22 de Novembro de 2002

-----**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA:**-----
-----**REUNIÃO DE DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2002**-----
-----**ACTA NÚMERO NOVE / DOIS MIL E DOIS**-----
-----**COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente** – Jorge Gabriel Duarte Catana Monteiro Martins; **Primeiro Secretário** – José Júlio Martins Barreiras; **Segundo Secretário** – Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício.-----

-----**PRESENCAS:** Estiveram presentes os senhores Lúcia Maria Silva Poseiro (P.S.D.), Abel José Marques Bruno Henriques (B.P.), Jorge Gabriel Duarte Catana Monteiro Martins (P.S.), José Júlio Martins Barreiras (P.S.D.), José Alexandre Fonseca (B.P.), Maria Los Angeles Vinuesa Peña de Oliveira (C.D.U.), Carlos Fernando Faria Duarte (P.S.D.), João Ricardo Mateus (B.P.), Paulo Pereira Rodrigues (P.S.D.), Vítor Manuel Ferreira Fonseca (P.S.), Fernando Manuel Rodrigues Venâncio (B.P.), Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício (P.S.D.), Mário Gomes Morgado (C.D.U.), Susana Paula Geraldês Trindade Manco (P.S.), Nuno Manuel Mota Silva (P.S.D.), Marlene Sofia Fortunato Veloso (B.P.), João Paulo Hermenegildo (P.S.D.), José António Olliveira Gordinho Leonardo (B.P.), João Manuel Cordeiro Alves (C.D.S./P.P.), José Manuel Gonçalves Vieira (P.S.D.), José João Jesus Ferreira (P.S.D.), Eugénia Maria Piteira Leal (P.S.), Maria Norberta Ponte Ferreira Santos (B.P.) e Joaquim Marcos Henriques (B.P.).-----

-----Faltaram a esta sessão os senhores Armando Salvador Maia Fonseca (P.S.) e Vítor Fernando Soares Garcia (C.D.S./P.P.).-----

-----**OUTRAS PRESENCAS:** Estiveram igualmente presentes o senhor Presidente da Câmara Municipal António Carlos Albuquerque Álvaro, os senhores vereadores Luis Alberto Camilo Duarte, , Jorge Manuel Costa Pereira, João Carlos Barreiras Duarte e Rui Fernando Figueiredo Viola, a Chefe da Divisão Administrativa e Recursos Humanos Marina Melo Marques Lemos, a responsável pela Divisão Financeira Alexandra Maria Lourenço Trindade Clemente e o Assistente Administrativo Especialista Nuno Fernando Carreira Tabora Ferreira.-----

-----Pelas 21.35 horas o senhor Presidente da Mesa declarou aberta a sessão que decorreu na no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município.-----

-----**CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMO A MÉDIO / LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE € 800.000:** O senhor Presidente da Câmara fez a apresentação da proposta indicando as obras que este pedido de empréstimo pretende financiar, conforme documento anexo à presente acta. Dado que todas estas obras são apoiadas a 75% o montante do empréstimo permite pensar num investimento na ordem dos € 2.500.000. Apesar de na anterior sessão se ter demonstrado a possibilidade de recurso a este empréstimo, como se pode verificar no parecer da CCRLVT este montante não conta para o endividamento. Referiu ainda que não e deve deixar escapar a possibilidade destes investimentos, sendo certo que sem este esforço de recurso a Câmara não poderá fazer os investimentos a 100%. Não se deve perder do horizonte que as obras do III Q.C.A. se não forem aproveitadas estar-se-á a comprometer algumas pequenas obras que não têm apoios comunitários como a correcção de curva na Portela, vedações nas escolas, ampliação do cemitério da Roliça, o completar a rede de saneamento das Gamelas, o sistema complementar de A-dos-Ruivos e Estorninho, a pavimentação de arruamentos nalgumas povoações, alguns polidesportivos, o desvio das águas em São Mamede e os arranjos nalgumas povoações. Isto coloca a todos alguma responsabilidade, tendo a Assembleia Municipal a última palavra quanto á concretização destes objectivos. Espera que haja bom senso de pensar no concelho para além de outros pensamentos mais redutores.-----

ACTA N.º 9/2002 – Reunião de 22 de Novembro de 2002

-----A D. Susana Manco (PS) declarou que “1. EMPRÉSTIMO - Relativamente a este assunto do pedido de aprovação de mais um empréstimo a contrair pela CMB, compete-nos considerar algumas questões:-----

----- 1- Já afirmamos que este empréstimo leva quase ao esgotamento da capacidade de endividamento da autarquia e, conseqüentemente, vem hipotecar o futuro desenvolvimento deste concelho. Ainda que nos refiram que a "contratação de empréstimos pelo município destinados ao financiamento de obras com participação de fundos comunitários não conta para efeitos de cálculo de endividamento do município, passamos da análise contabilística à análise de produtividade e rentabilidade do investimento do erário público; -----

-----2- Do empréstimo contraído há cerca de 1,5 ano pela CMB no valor de 1.271.934,6~ também para financiamento de obras com participadas pelo 111 OCA, a capacidade de execução destes projectos era de 35,4% à data de 11/11/01. Curiosamente, já neste empréstimo estão contemplados projectos de obras, das quais ainda não foi gasto 1 único cêntimo!! Como é o caso da estrada Azambj-Baraçais e do Parque Estacionamento R. Veríssimo Duarte, onde a verba já foi aprovada mas obra, nem vê-la!!! -----

-----3- Ou seja, nestes dois casos, não só a CMB não teve capacidade para executar obra, apesar de ter os instrumentos financeiros para o fazer, como ainda por cima dirige-se a esta A.M. com o argumento de que "falta dinheiro". -----

-----4- Ainda sobre este empréstimo dos 255.00ct já concedido, é oportuno repararmos que, a verba destinada para a àrea de serviços -pólo li, é das maiores verbas e, para uma obra tão urgente, tão apregoada por este executivo é uma afronta verificar que nem 1 cêntimo foi gasto! Não venha este executivo dizer que a oposição não deixa fazer obra?. se não faz, é porque não quer, porque o dinheiro, esse está lá... e todo!! E também não venha o executivo desculpar-se com atrasos de procedimentos de ordem técnica, porque esses são apressados quando há vontade e há alguns exemplo disso noutras câmaras municipais, até de gestão PSD, que em menos tempo conseguiram executar obras bem maiores! -----

-----5- Por isso podemos dizer que, se a verba já aprovada não é assim tão necessária, então que o executivo transfira essas mesmas verbas para obras que agora vem dizer que "estas sim são as prioritárias", como p.e. o Teatro Eduardo Brazão, sobre o qual há um compromisso que não pode ser adiado! -----

-----6- Assim, a questão das verbas fica solucionada, basta que a CM transfira 65% das verbas que não foram utilizadas no 10 empréstimo e consegue assim obter as verbas para os projectos que agora apresenta! -----

-----7 - Já como resposta antecipada ao que a bancada da defesa da CM supostamente irá alegar, que ao reprovamos estas verbas estamos os a ameaçar o desenvolvimento e obra do nosso concelho, queremos deixar bem claro que, a nossa função é a de garantir que o dinheiro é bem gasto e devidamente aplicado e que só assim, com provas dadas é possível assinar mais um cheque em branco! Ora essa situação não se verifica nesta gestão camarária, não só a CMB foi das câmaras do distrito de Leiria, que menor número de projectos apresentou no âmbito do Plano Operacional do Centro e de Lisboa e Vale do Tejo (6), como é a Câmara tem o penúltimo lugar de taxa de execução (20%), abaixo de nós só Castanheira de Pêra enquanto que a CM Peniche apresenta das maiores taxas de execução (42%), e curiosamente é de gestão Socialista! -----

-----8- Para finalizar, também temos que lembrar ao executivo que estamos em período de contenção orçamental. E como tal, senão há dinheiro não há vícios, como diz a sabedoria popular! -----

ACTA N.º 9/2002 – Reunião de 22 de Novembro de 2002

-----A CM deve gastar para investir em iniciativas, isso é gastar bem! Mas para gastar mal, não conta com o nosso apoio e gastar mal é andar a pagar grandes jantaradas (não em qualquer sítio), a secretários de Estado adjuntos ou a tesoureiros da Federação Portuguesa de Futebol a propósito de 1 torneio de solidariedade, algo que nunca se fez num Festigimno com centenas de atletas, ou com Festivais de Gastronomia (que nem rúbrica orçamental tem!) ! Isto é sinal exterior de riqueza! É sinónimo de que esta Câmara está rica!”-----

-----O senhor Fernando Venâncio (BP) salientou e criticou a Câmara Municipal e o presidente da Mesa da Assembleia Municipal na medida em que na última sessão tinha ficado decidido que a documentação seria mais detalhada e nem sequer veio a actual situação financeira da autarquia. Em 20 de Novembro a despesa é de € 3.313.582,21 enquanto que em 30 de Agosto já era de € 4.945.500,38. Perante estes dados não consegue fazer uma análise correcta e não entende o que se passa. Chegou a altura do senhor presidente da Câmara ser rigoroso na documentação que entrega porque senão não podem decidir em consciência o que é melhor para o concelho. Referiu que dos € 55.000 de dotação do festival do Vinho apenas constam como gastos € 208 e pagos € 172; no Festival de Música dos € 22.500 só estão pagos € 0,80, Considerou que isto é anedótico. -----

-----O senhor presidente da Mesa da Assembleia disse que a Mesa da Assembleia tem apenas por obrigação verificar se a documentação entregue estava conforme à lei e a documentação entregue era a suficiente para trazer a sessão da Assembleia. Tratando-se de uma sessão extraordinária não veio a informação sobre a situação financeira da autarquia. No entanto os membros do órgão podem pedir qualquer documento para análise. -----

-----O senhor presidente da Câmara disse que o empréstimo em apreciação é para suporte e apoio da realização do plano de actividades de 2003. Quanto às obras de que não foram feitos gastos e às indicadas no empréstimo dos € 255.000, estranho seria que não tendo sido executado qualquer das obras se tivessem efectuados gastos. Todos têm informação sobre o que se passou com as obras previstas no PPI. Não houve gastos nessas obras porque não há obra feita, pelo que só haverá gasto quando as obras estiverem a ser feitas. Essas obras não tiveram o seu desenrolar devido às implicações técnicas. A solicitação da Câmara à Assembleia não é nenhum cheque em branco porque estão devidamente objectivados os investimentos onde irão ser aplicadas as verbas. Quanto ao jantar do Torneio de Futsal disse que o mesmo não foi suportado pela Câmara devido aos apoios que o senhor vereador do pelouro do desporto obteve. O concelho do Bombarral vai ser dotado com algumas infra-estruturas através do Orçamento Geral do Estado na medida em que em relação a todos os investimentos públicos tem sido feitos no Bombarral a Câmara tem correspondido com a cedência de terrenos. Verifica que se não formos um pouco audazes outros o serão. Tem lido na imprensa que o presidente da Câmara não é reivindicativo, todavia de alguma forma com alguma característica que lhe é peculiar, apesar de tudo, a história há-de referir quanto o presidente da Câmara conseguiu e outros com aparência mais reivindicativa terão conseguido. Quanto ao rigor da documentação disse ser seu propósito que os documentos entregues à Assembleia Municipal correspondam ao que está registado. O diferencial referido deve-se a que nem toda a despesa está registada. -----

-----O senhor Mário Morgado (CDU) disse que para a CDU a questão que se coloca não é tanto o conteúdo mas a forma atendendo à falta de confiança política e de gestão para concretizar as propostas. Desenvolvimento sócio-económico e melhoria da qualidade de vida sim mas são forçados a levantar a questão de para quando e quais as prioridades. Não se podem queixar da falta de meios financeiros para fazer obra bastando reportar-se ao último empréstimo contraído e verificar que passados 19 meses desse empréstimo ainda estão

ACTA N.º 9/2002 – Reunião de 22 de Novembro de 2002

disponíveis 2/3 e o das intempéries tem executado pouco mais de 50%. Parece-lhe que este empréstimo exigiria celeridade. Nestes dois empréstimos estão disponíveis mais de € 1.000.000. Verifica que é nítido que a preocupação da procura de obter financiamentos relativamente a 2003 porque nesse ano estão vedados, mas parece-lhe que é feito a qualquer preço. Os responsáveis pela gestão da autarquia têm de parecer que o são verdadeiramente. Concorde que é preciso mais desenvolvimento mas não basta ir ao PPI e retirar um conjunto de obras, ficando a sensação de que podiam ter sido umas quaisquer. Parece ficar demonstrado que há intenção de fazer obra, mas retiram a ideia de que a autarquia parece estar paupérrima. Para um total de investimento de € 3.400.000 a participação da Câmara cifra-se em 32,2% mas deste montante o mesmo município vai ver a dívida aumentada em € 800.000, pelo que a Câmara dispõe apenas de 27% e verificam que não tem critério a forma como o financiamento é aplicado. Há uma obra em que a participação da Câmara é de 2,9%, dá a entender que a obra pode ou não ser feita. O Governo anunciou a contracção zero para 2003. Por este andar zero passará a ser a nossa capacidade de endividamento. O presidente da Câmara disse que este empréstimo não agrava a capacidade de endividamento, mas endividamento é porque a Câmara tem de o pagar. Parece um aluno com más notas que ao chegar a casa se justifica dizendo que há outros com notas piores. -----

-----O senhor Fernando Venâncio (BP) disse que efectivamente não é obrigatória a apresentação da informação sobre a situação financeira da autarquia mas pergunta como podem decidir se não sabem qual a situação actual. A Câmara Municipal para justificar este empréstimo devia a apresentar toda a documentação. A Câmara Municipal está a pedir uma coisa mas pela documentação que apresenta parece haver um diferencial muito grande. Realçou a fraca execução do empréstimo dos € 255.000 e perguntou se os arranjos exteriores do pavilhão e da piscina estão concluídos. A participação do FEDER recebida prova que a Câmara Municipal tem receitas próprias ou está muito mal gerida. Salientou também um caso grave porque na apresentação da proposta se fazia um cálculo errado porque não contaram com o fundo base municipal. É uma falta de rigor técnico incrível na Câmara Municipal. -----

-----A D. Susana Manco (PS) agradeceu o que o senhor presidente da Câmara disse e que atestou que tinham razão. Estranham que o presidente da Câmara estranhe que a obra não esteja feita porque consta no PPI. Quando dizem que não estão dispostos a assinar cheques em branco é com base nas responsabilidades. Gastam bem – pedem dinheiro – têm. Gastam mal – pedem dinheiro – não têm. Agradeceu a informação sobre o jantar do Futsal elogiando a destreza para arranjar apoios para jantares. Era bom que houvesse também destreza para arranjar dinheiro para obras e não só para confraternizações menos próprias. Neste momento não tem condições para saber quanto a Câmara tem disponível. Seria bom a Câmara ter destreza para executar obras suas sem participações e apoios externos.-----

-----O senhor presidente da Câmara disse que os propósitos da concretização estão previstos na proposta e foram aprovados pela Câmara Municipal. O saldo disponível é ainda considerável para levar a cabo as obras cujo vínculo foi assumido pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal. Sempre que há empréstimos a médio / longo prazo os objectivos têm de ser enunciados. Não existe duplicação a não ser no caso do empréstimo de Abril de 2001 em que foi colocada uma verba simbólica no caso da obra ter sido iniciada. Quando referiu que do parecer que veio da CCRLVT só quis assinalar que fazendo obras se criam condições para o bem estar das populações mas o tecto do endividamento futuro não está comprometido estando livres 42%. Bastam os problemas que houve no desenvolvimento do Pólo II da zona industrial para faltar essa percentagem na taxa de execução. Quanto aos arranjos exteriores da piscina e do pavilhão estão de facto executados mas não financeiramente porque é obra que não tendo

ACTA N.º 9/2002 – Reunião de 22 de Novembro de 2002

sido assinado o contrato programa vai ser contemplada na medida 1.5. A situação que o concelho tinha no momento do exercício respectivo era de tal forma que aquilo que podia ser feito através da tesouraria municipal não seria boa gestão. -----

-----O senhor João Paulo Hermenegildo (PSD) disse que o rigor dos elementos apresentados é uma forte preocupação porque não são os mais habilitantes para se fazer uma leitura correcta, pelo que se congratula com a reestruturação dos serviços municipais que está em curso e que espera que venha a produzir efeitos. Quanto ao Pólo II é de facto uma urgência lamentando os entraves que têm surgido da parte das diversas bancadas. Pelo volume destas obras compreende-se porque se tem de recorrer ao crédito. Não podem de maneira nenhuma deixar fugir esta oportunidade. É urgente que se faça aprovar este empréstimo. -----

-----A D. M.^a Los Angeles (CDU) disse que foram colocadas questões que parece que o senhor presidente da Câmara não entendeu muito bem. Ninguém sugeriu que se gaste o dinheiro de uma obra noutra. Não percebeu muito bem a explicação sobre os arranjos exteriores da piscina e do pavilhão. As questões que colocam em relação aos saldos disponíveis nos empréstimos é porque é que não se fazem obras. -----

-----O senhor presidente da Câmara disse que os danos das intempéries tiveram uma amplitude muito maior do que a contemplada a nível governamental. Outra coisa é o saldo que existe no empréstimo a médio prazo para obras precisas e que não tiveram andamento. Quanto aos arranjos exteriores da piscina e do pavilhão disse que as obras que podem obter apoios dos fundos comunitários têm um mínimo de 80.000 contos no II QCA e 50.000 no QCA III pelo que foram feitas diligências para obter um contrato programa que tem um apoio de 60% da administração central. -----

-----O senhor Fernando Venâncio (BP) declarou que “Análise concreta do pedido de empréstimo de 800.000.00 euros : O Bombarral Primeiro nada tem contra as obras propostas no empréstimo solicitado, e considera que as mesmas poderão ser realizadas como a seguir demonstramos sem a contratação de referido empréstimo de 800.000 euros, não endividando assim mais a CMB. À data do pedido de empréstimo a CMB tem um saldo positivo previsional de 2.624.897.98 euros (526.000 cts) Pela análise dos documentos apresentados não vimos qualquer razão para a Contratação do empréstimo, visto o tipo de gestão exercido ser o de privilegiar O débito elevado a fornecedores e o adiar do cabimento e compromisso de muitas realizações efectuadas, portanto a dilação do pagamento. As obras a realizar inseridas no pedido de empréstimo terão um encargo para CMB de 1.895.000 euros (220.000 cts) , valor perfeitamente coberto pelo saldo previsional positivo. A CMB terá, sem a contratação do empréstimo, um volume de obra bastante significativo, senão vejamos: Obras III Q.C.A e Protocolos 3.400.000.00 euros Obras constantes empréstimo CGD 821.687.62 euros Total 4.221.687.62 euros (847.000 cts) Como comentário final , fazemos notar que com este tipo de gestão em que é de realçar a não utilização de fundos livres de empréstimos já contratados o que contraria parte da justificação apresentada na proposta de acompanhamento do empréstimo, em que a contratação do mesmo possibilitaria a libertação de verbas de receitas correntes para a diminuição do endividamento. A prática de gestão utilizada não é condizente com o apresentado na proposta de empréstimo. No Plano Plurianual de Investimentos para 2002, é salientado como principal opção do plano a área de desenvolvimento económico do Falcão, com a com participação de fundos comunitários, como referido no plano. E com enorme espanto que verificamos que esta primeira opção estratégica para o desenvolvimento do concelho, criação de riqueza sustentada, aumento de postos de trabalho e desenvolvimento sócio - económico, ficou na gaveta, pois não é contemplado neste pedido de empréstimo sendo substituído pela zona de lazer e desporto, talvez e apenas pelos benefícios políticos que daí

ACTA N.º 9/2002 – Reunião de 22 de Novembro de 2002

possam advir em futuros actos eleitorais pelo que exigimos no mínimo um esclarecimento claro e sustentado do Sr. Presidente a esta volta de 360 graus, sem qualquer razão aparente e tão prejudicial para o concelho já de si empobrecido e enfraquecido. É ainda, de lamentar a não apresentação mais elaborada de todas as peças contabilísticas obrigatórias com a entrada em vigor do POCAL, que possibilitaria uma análise mais profunda e aproximada da realidade das contas da CMB, conforme já foi dito na anterior Assembleia Municipal em que este assunto fazia parte do ponto da ordem de trabalhos. Por tudo isto os membros eleitos pelo Bombarral Primeiro votam contra a contratação do empréstimo solicitado.” -----

----- O senhor Abel Henriques (BP) disse que a Câmara veio para este debate a cometer o pecado original recorrente que é a falta completa de informação, porque informação errónea equivale a falta de informação. O senhor presidente da Câmara começou a sessão apelando ao bom senso dos deputados municipais, lembrando um mestre escola na apresentação aos alunos. Dispensa paternalismos. Pergunta se o senhor presidente da Câmara sabe, sem recurso aos funcionários, qual o saldo de tesouraria no dia de hoje. Não precisa de saber ao cêntimo, ao euro ou ao milhar de euros, bastando-lhe saber à dezena de milhar de euros. Se sabe devia ter informado os deputados municipais. Se não sabe não está á altura de dirigir os destinos deste concelho. A dignidade desta Assembleia é mais uma vez posta em causa e ainda não ouviu uma palavra do senhor presidente da Mesa da Assembleia sobre esta matéria.

----- A D. M.^a Los Angeles (CDU) apresentou a seguinte proposta “A CDU entende ser de todo inadmissível que o Orçamento de Estado para 2003 lance medidas irresponsáveis no que respeita à alteração à capacidade de indvidamento das autarquias, por excluir das excepções ao limite de indvidamento dos municípios os empréstimos para as obras de construção social e as obras co- financiadas pelo III Quadro Comunitário De apoio, demonstrando assim o Governo que a diminuição das desigualdades sociais não faz parte dos seus objectivos tal como não se mostra minimamente preocupado com a perda das últimas oportunidades de aproveitamento dos programas comunitários. No seguimento da situação criada por estas medidas, e porque entendemos que algumas das obras que podem ser postas em causa no Bombarral, tais como: - Abastecimento de água à zona alta da Vila - Construção da rede de esgotos das freguesias (Barrocalvo) - Construção da rede viária Azambujeira - Baraçais - Recuperação do Teatro Eduardo Brasão pecam unicamente por serem tardias, encontramos-nos disponíveis para poder vir a votar favoravelmente a contracção de um empréstimo de 480 mil Euros que vise viabilizar a realização destas obras em 2003. Assim, propomos ao Senhor Presidente da Câmara que retire este pedido de empréstimo e tendo em conta esta nossa proposta volte a discutir o assunto no seu executivo de modo a não inviabilizar por falta de capacidade de investimento obras que urgem.” -----

----- O senhor presidente da Câmara disse que a verba que contempla os arranjos exteriores da piscina e do pavilhão é um esforço municipal. Na medida 1.5 tem um apoio de apenas 65%. O que fica disponível pela realização do Pólo II irá ser empregue na área de desenvolvimento de actividades económicas do Falcão. Estão prestes a fazer a abertura do concurso para o plano de desenvolvimento daquela área. Por certo há-de aparecer como opção para 2003. De facto costuma assumir a sua responsabilidade com a humildade que o caracteriza procurando expor à Assembleia Municipal a necessidade dos investimentos nunca tendo estado com um pretenso ar professoral. Costuma por vezes colocar um excesso de humildade. Quanto à proposta existem duas razões pelas quais não é possível satisfazer – 1.º porque por uma razão temporal para que possa ser realizado o orçamento para 2003 é previsto como receita o que está contratualizado e também porque não cabe ao presidente da Câmara

ACTA N.º 9/2002 – Reunião de 22 de Novembro de 2002

retirar uma proposta da Câmara Municipal. De facto não tem o número exacto do saldo de tesouraria porque não tinha a possibilidade de o obter à hora de encerramento dos serviços. ---

-----Colocada a proposta à votação foi a mesma reprovada com 13 votos contra (8 do B.P., 3 do P.S. e 2 da C:D.U.), 2 abstenções (1 do P:S. e 1 do C.D.S./P.P.) e 9 votos a favor (9 do P.S.D.). -----

-----**CORTES FREQUENTES NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉCTRICA AO NOSSO CONCELHO:** O senhor presidente da Mesa da Assembleia informou que relativamente à moção apresentada pelo BP foi enviada ao Ministro da Economia, Conselhos de Administração da ERSE e EDP e órgãos de comunicação social local. A moção não incluía mais nenhuma situação para a Mesa diligenciar. Quanto à moção do PS a Mesa oficiou em 30 de Setembro à EDP a solicitar a indicação de dia e hora para uma reunião. Posteriormente foi recebida uma carta remetida pela EDP em 15 de Outubro a informar da marcação de uma reunião com a Câmara Municipal para o dia seguinte. Nesse mesmo dia recebeu do senhor presidente da Câmara um ofício acompanhado do fax da EDP a fazer referência a um fax da Câmara Municipal de 03 de Outubro a solicitar reunião. Ao ter recebido a carta da EDP telefonou ao Director da Área Litoral Centro para que lhe explicasse o teor da mesma. Foi-lhe referido que o facto da EDP ter uma reunião com a Câmara e não com a Assembleia se devia ao facto do contrato de concessão dizer respeito à Câmara e não à Assembleia. Tentou demonstrar ao eng. Luciano Gomes que o interesse tinha a ver com os cortes de energia e sugeriu que a reunião com a Assembleia se realizasse depois da reunião com a Câmara o que não foi aceite. Em função disto enviou novo ofício a solicitar explicações da não marcação da reunião e a reiterar o pedido. Entretanto teve oportunidade de reunir com os representantes dos grupos municipais tendo ficado assente que enviaria novo ofício à EDP bem como ao Ministro da Economia, Conselhos de Administração da ERSE e EDP dando conhecimento desta situação e pedindo as respectivas intervenções. No passado dia 12 de Novembro recebeu o ofício 444/OD/ARIC da EDP a informar da inviabilidade da reunião solicitada. Relativamente à menção feita ao contrato de concessão, o que existe de facto foi celebrado com o município e não com a Câmara Municipal. O que está em causa não é o contrato de concessão mas sim os contratos de fornecimento que no seu entender estão representados pela Assembleia Municipal e havendo incumprimento do contrato o que importa discutir é os contratos de fornecimento, pelo que a Assembleia Municipal tem toda a competência para reunir com a EDP. A EDP está a revelar uma posição autista desrespeitando este órgão. Verifica-se que os cortes não foram casuais e ainda esta semana ocorreu outro. -----

-----A D. Susana Manco (PS) apresentou a seguinte proposta: “O Grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal do Bombarral, propõe que pela Mesa da Assembleia Municipal seja preparado um documento a enviar ao Sr. Ministro da Economia, ao Conselho de Administração da E.R.S.E., à Direcção de Marketing e Conselho de Administração da E.D.P., no qual, para além, da descrição dos factos e situações que desencadearam a posição agora tomada, se manifeste um firme repúdio e manifesto descontentamento pela postura adoptada pelo Sr. Director da Área de Rede Litoral Centro da ED.P. ao inviabilizar a realização da reunião solicitada por este Órgão, requerendo simultaneamente que estas entidades manifestem a sua posição sobre o assunto. Tal documento será enviado após ser dado conhecimento do teor do mesmo aos Líderes dos Grupos com assento na Assembleia Municipal. Simultaneamente, deverá ser também preparado pela Mesa da Assembleia Municipal, um Comunicado à População do Concelho, no qual se dê conhecimento sucinto desta situação, bem como, se incentive todos os Consumidores de energia eléctrica fornecida pela ED.P., no nosso Concelho, a reclamarem de forma veemente, por todos os meios de comunicação disponíveis (telefone,

ACTA N.º 9/2002 – Reunião de 22 de Novembro de 2002

fax, correio, e-mail, etc), junto da Delegação daqueles serviços em Caldas da Rainha, sempre que ocorram cortes no fornecimento, devendo para tal, constar no referido Comunicado os contactos que poderão ser utilizados. Deverá ainda ser referido nesse Comunicado que os consumidores, no caso de interrupções prolongadas ou repetidas no fornecimento de energia, deverão juntar prova dos danos eventualmente sofridos, com vista à reclamação dos mesmos junto daquela entidade. Este Comunicado, após ser dado igualmente conhecimento do mesmo aos Líderes dos Grupos com assento na Assembleia Municipal, será distribuído pelos Serviços Camarários, a todos os órgãos de informação locais, bem como, em todos os estabelecimentos comerciais do Concelho.” -----

----- Pelas 23.45 horas a pedido da bancada do PS foram os trabalhos interrompidos por 5 minutos. - -----

----- Pelas 00.00 horas foram os trabalhos reatados. -----

----- A D. Susana Manco (PS) disse que a proposta apresentada pelo PS é explícita tratando-se de um documento que é necessário elaborar dada a inexistência de soluções para este assunto que é gravíssimo, Para justificar esta proposta citou excertos da acta da reunião de Câmara de 16 de Outubro com representantes da EDP. Referiu que a EDP veio cá, não assumiu nenhum compromisso, não diz quantos anos faltam para completar os 3 Km em falta do anel alternativo e termina a reunião sem conclusões. A proposta não é política mas vai no sentido das populações serem esclarecidas. -----

----- O senhor presidente da Câmara referiu em tempos que a linha da Sancheira foi feita de forma plena até à entrada da vila não tendo prosseguido dentro da mesma. O plano de investimentos contempla a execução em termos da plenitude e a remodelação de 4 PT's. Aquilo que a Câmara exigiu foi que nos fosse transmitido o plano de investimentos. -----

----- O senhor João Manuel Alves (CDS/PP) disse que este problema é cíclico e prejudica o concelho do Bombarral e os concelhos vizinhos abastecidos pela central da Sancheira, e parece que é aí que reside o problema e nos 3 km de anel alternativo que faltam. A Assembleia devia elaborar um documento bem claro e agreste para fazer sentir que a população do concelho não está a ser bem servida por um monopolista da energia. É neste espaço que se deveria elaborar um protesto veemente e bem estruturado a demonstrar que estamos descontentes. -----

----- Colocada a proposta à votação foi a mesma aprovada por maioria com 15 votos a favor (8 do BP, 4 do PS., 2 da CDU e 1 do CDS/PP) e 9 abstenções (9 do PSD). -----

----- Por proposta do senhor presidente da Mesa da Assembleia foi consensualmente aceite que a próxima sessão da Assembleia Municipal decorra no auditório municipal. -----

----- Pelas 00.15 horas foi a sessão encerrada, e lavrada a presente acta que vai ser devidamente assinada pelos membros da Mesa depois de lida e achada conforme. -----

O Presidente:

O 1.º Secretário:

O 2.º Secretário: